

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SIMONE BRANSIN DE MOURA UBIDA

O IDMPE COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DOS MECANISMOS DE APOIO
ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE
CURITIBA

CURITIBA
2012

SIMONE BRANSIN DE MOURA UBIDA

O IDMPE COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DOS MECANISMOS DE APOIO
ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE
CURITIBA

Artigo de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de
Especialização em Projetos
Empresariais do Departamento de
Economia do Setor de Ciências
 Sociais Aplicadas da Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Motta
Correia

CURITIBA
2012

SIMONE BRANSIN DE MOURA UBIDA

O IDMPE COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DOS MECANISMOS DE APOIO
ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE
CURITIBA

Artigo aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em
Projetos Empresariais da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca
examinadora:

Prof. Dr. Fernando Motta Correia - orientador
Departamento de Economia
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Prof. Dr. José Wladimir Freitas da Fonseca - membro
Departamento de Economia
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Curitiba, 20 de julho de 2012.

RESUMO

Este artigo objetiva analisar a evolução do Índice de Desenvolvimento Municipal da Micro e Pequena Empresa - IDMPE nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba - RMC, como forma de avaliar os mecanismos de apoio governamentais às Micro e Pequenas Empresas - MPE. Aborda-se a importância das MPE para a geração de emprego e renda, na esfera federal e municipal. Apresenta-se sobre a necessidade das ações dos governos locais em prol das MPE. Observa-se a necessidade de acompanhamento das ações municipais por meio de índices. Analisa-se o comportamento do IDMPE dos municípios em questão. Seleciona-se os municípios com alto nível de desenvolvimento segundo a classificação do índice e apresenta-se seus respectivos índices parciais de desenvolvimento empresarial (IDE), de mercado consumidor (IDM) e Institucional (IDI). Analisa-se conjuntamente os índices parciais e as ações municipais em prol das MPE. Conclui-se que o desempenho verificado pelo IDE e IDM refletem positivamente os mecanismos de apoio, ao passo que o baixo desempenho do IDI dos municípios indica a necessidade de intensificar o apoio institucional. Propõe-se estender a mesma análise às demais regiões metropolitanas brasileiras.

Palavras-chave: IDMPE. Apoio. Micro e Pequena Empresa.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	2
2.1 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO ÂMBITO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....	3
3 AÇÕES DOS GOVERNOS MUNICIPAIS QUE PODEM APOIAR O DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	4
4 O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA: UMA <i>PROXY</i> DE MEDIDA DA EFICÁCIA DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS DE APOIO ÀS MPE	6
4.1 O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA.....	7
4.2 O IDMPE NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA DE 2008 A 2010.....	9
5 AÇÕES GOVERNAMENTAIS DE APOIO ÀS MPE E O IDMPE.....	11
5.1 O IDE E O IDM.....	12
5.2 O IDI.....	14
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
REFERÊNCIAS.....	18

1 INTRODUÇÃO

As micro e pequenas empresas (MPE) correspondem a 99% das empresas hoje constituídas no Brasil, o que lhes confere participação fundamental na geração de emprego e renda. No âmbito das regiões metropolitanas, como a de Curitiba, a sua importância se confirma, pois são as MPE que dão impulso às economias locais e são as principais responsáveis pelo desenvolvimento dos municípios.

Dessa forma, é de suma importância que os governos locais estimulem a criação e o crescimento das MPE, por meio de ações de apoio que possam propiciar um ambiente favorável aos pequenos negócios.

No entanto, para garantir a eficácia das ações governamentais em prol das MPE, há a necessidade de um correto diagnóstico que as subsidie, bem como um bom acompanhamento de seus resultados, o que pode ser realizado por meio de indicadores municipais.

Considerando os apontamentos supracitados, o objetivo deste trabalho é analisar a evolução do Índice de Desenvolvimento Municipal da Micro e Pequena Empresa (IDMPE) em municípios selecionados, pertinentes a esta proposta, como uma forma de avaliar os mecanismos de apoio às MPE.

Para tanto, num primeiro momento faz-se algumas considerações sobre a importância das MPE no contexto brasileiro, com destaque para a geração de emprego. Esta mesma análise é estendida para a Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Adiante, é feita uma breve explanação sobre ações governamentais que podem beneficiar os micro e pequenos empreendedores, ressaltando o indispensável acompanhamento dos seus respectivos gestores, responsáveis por implantá-las.

Na seção seguinte, apresenta-se a evolução do IDMPE nos municípios da RMC de 2008 à 2010. Finalmente, para o atendimento da proposta, a análise é limitada aos municípios que obtiveram melhor desempenho, relacionando as ações em prol das MPE movidas pelos seus governos, aos índices parciais obtidos.

2 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A Lei Complementar 123/2006, denominada “Lei Geral da Micro e Pequena Empresa”, em seu artigo terceiro, classifica como microempresa o empresário individual ou pessoa jurídica que aufera receita bruta anual menor ou igual a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais); e como empresa de pequeno porte o empresário individual ou pessoa jurídica que obtenha anualmente renda acima de R\$ 240.000,00 e menor ou igual R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais). (PLANALTO)

A classificação acima pode remeter inicialmente ao pensamento equivocado de que são empresas com potencial econômico menos expressivo. Ao contrário disso, conforme mencionado por Gabriel (2009; p. 3), numa análise pormenorizada, essas empresas são um importante mecanismo de distribuição de renda e de redução de desigualdades.

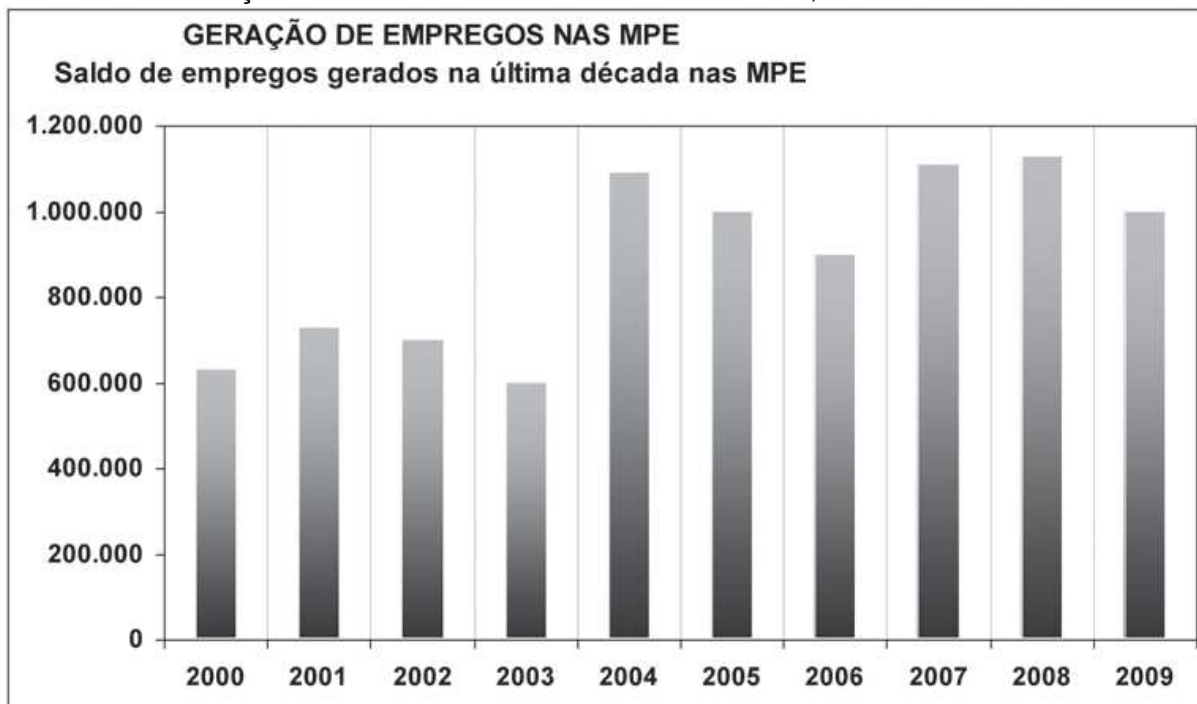
As micro e pequenas empresas (MPE) são fontes fundamentais de geração de emprego e renda no Brasil e contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento. Prova disso está em números: segundo publicação conjunta da Confederação Nacional de Municípios e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (CNM; SEBRAE, 2011; p. 13), elas atualmente são “...5,9 milhões de empresas urbanas formais e 10,3 milhões de empreendimentos informais, e representam 99,1% das empresas urbanas, 20% do Produto Interno Bruto (PIB), 2% das exportações, 52,4% dos empregos formais e 39,7% da massa salarial”.

Tasic (2004; p. 7-8) aponta ainda outras justificativas que reforçam a importância das MPE:

“(...) Estímulo à livre iniciativa e à capacidade empreendedora; Relações capital / trabalho mais harmoniosas; Contribuição para geração de novos empregos e absorção de mão-de-obra, seja pelo crescimento das MPE já existentes, seja pelo surgimento de novas; Efeito amortecedor dos impactos do desemprego; Efeito amortecedor dos efeitos das flutuações na atividade econômica (principalmente, aqueles efeitos de caráter global, de maior impacto em empresas mais dependentes dos mercados externos); Manutenção de certo nível de atividade econômica em determinadas regiões; Contribuição para a descentralização da atividade econômica, em especial na função de complementação às grandes empresas; Potencial de assimilação, adaptação, introdução, algumas vezes, geração de novas tecnologias de produtos e processos.”

O gráfico a seguir fundamenta a contribuição das MPE na geração de emprego na última década.

GRÁFICO 1: GERAÇÃO DE EMPREGOS PELAS MPE NO BRASIL, PERÍODO DE 2000 À 2009



FONTE: CMN e SEBRAE (2011; p. 15)

Os empregos gerados pelas MPE apresentaram uma tendência de crescimento, com destaque para 2008 e 2009, anos de enfrentamento aos efeitos da crise mundial, em que continuaram empregando.

2.1 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO ÂMBITO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Conforme afirmado por CNM e SEBRAE (2011; p. 14) "...são as micro e pequenas empresas que movimentam a economia local". A explicação é simples: são a maioria, são as principais geradoras emprego e renda para os municípios, e ainda são capazes de promover inclusão social.

Consideremos a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) a fim de contextualizar essa afirmação. A RMC conta hoje com 29 municípios, população urbana de 2.956.272 habitantes (COMEC, 2012) e uma população economicamente ativa de 1.666.000 (IPARDES, 2012; p. 2). Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego

(PME) referente ao mês de março/2012, desenvolvida e divulgada Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2012; p. 1) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), a RMC mais uma vez registrou a menor taxa de desemprego em relação a outras seis regiões metropolitanas pesquisadas, permanecendo abaixo da média nacional, que foi de 6,2%. Importante ressaltar que essa média nacional não leva em seu cômputo o indicador de Curitiba.

TABELA 1 – TAXA DE DESEMPREGO EM MARÇO/2012

MUNICÍPIO / REGIÃO METROPOLITANA	TAXA DE DESEMPREGO
Curitiba	4,5 %
São Paulo	6,5 %
Belo Horizonte	5,1 %
Rio de Janeiro	5,9 %
Salvador	8,1 %
Porto Alegre	5,2 %
Recife	6,2 %

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA, COM DADOS DO IPARDES/IBGE (2012)

Vale lembrar que uma taxa de desemprego de 4,5% pode ser considerada como de pleno emprego, e parte deste mérito é devido às micro e pequenas empresas, conforme já apontado em divulgação da Prefeitura de Curitiba (2011):

“A cidade que, juntamente com a Região Metropolitana, registra a menor taxa de desemprego do Brasil, tem nos micro e pequenos empresários a base para garantir índices de pleno emprego. Entre as capitais, Curitiba segue com menor percentual de desemprego do país (...).”

Isso faz sentido, tendo em conta que, das 145 mil empresas formais de Curitiba, 99,4% são micro e pequenas empresas (PREFEITURA DE CURITIBA, 2011).

3 AÇÕES DOS GOVERNOS MUNICIPAIS QUE PODEM APOIAR O DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Diante da importância das MPE para a geração de emprego e renda, é patente a necessidade de um efetivo apoio governamental para sua criação e/ou fortalecimento.

A Lei 123/2006, que rege sobre o tratamento diferenciado a ser dispensado às MPE, foi uma importante iniciativa governamental. Porém, conforme observado

pelo SEBRAE (2011; p. 18), há medidas que dependem de regulamentação por parte do município, por meio de Lei, Decreto ou Portaria.

Como exemplo, pode-se citar o Artigo 47, que rege sobre o tratamento diferenciado para as MPE em compras governamentais (por meio de licitações), com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico local (PLANALTO).

Diante disso, uma primeira forma de apoio às MPE é implantar a Lei Geral Municipal das Micro e Pequenas Empresas e adotar todos os procedimentos necessários para que a Lei não fique apenas no papel. (CNM; SEBRAE, 2011; p. 20)

Outra proposta de apoio abordada pela CNM e o SEBRAE (2011; p. 24) é facilitar o acesso ao crédito, para que o micro e o pequeno empresário possam realizar investimentos e/ou fazer frente às necessidades de capital de giro. As grandes dificuldades estão nas taxas de juros cobradas, nos prazos de pagamento, bem como, nas garantias exigidas pelo mercado financeiro.

Para a CNM e o SEBRAE (2011; p. 24):

“Cabe à Administração Pública incentivar a instalação de cooperativas de crédito, outras instituições públicas e privadas de microfinanças e de Sociedades de Garantia de Crédito (SGC) em seu território, com objetivo de ampliar a possibilidade de acesso ao crédito produtivo para as MPE.”

Importante ressaltar que o estado do Paraná conta atualmente com três Sociedades Garantidoras de Crédito (SGC): a Sociedade de Garantia de Crédito do Oeste do Paraná - Garantioeste, sediada em Toledo; a Sociedade de Garantia de Crédito do Sudoeste do Paraná - Garantisudoeste, localizada em Francisco Beltrão; e a Sociedade de Garantia de Crédito do Noroeste do Paraná - Noroeste Garantias, com sede em Maringá. Essas SGCs oferecem garantias complementares em nome das MPE, para atender às exigências das instituições financeiras.

Outra forma de apoio sugerida por CNM e SEBRAE (2011, p. 20) é reduzir a burocracia para facilitar a formalização dos negócios. Um dado já mencionado neste artigo é que há 10,3 milhões de empreendimentos informais no Brasil. Isso significa que são 10,3 milhões de estabelecimentos que: têm baixo crescimento; estão impossibilitados de participar do mercado formal; não podem buscar recursos no mercado financeiro para fomentar o seu negócio; correm o risco de apreensão de suas mercadorias; correm o risco de passivos trabalhistas; promovem uma concorrência desleal com as empresas formais, pois sonegam impostos (CNM; SEBRAE, 2011; p. 21). Em suma, facilitar a formalização desses empreendimentos

beneficia tanto o micro e pequeno empresário quanto o governo, referente à arrecadação.

Importante ressaltar que não basta por em prática essas entre outras formas de apoio aos micro e pequenos empreendedores, sem um diagnóstico e acompanhamento de seus efetivos resultados, pelos gestores governamentais responsáveis por implantá-las. Isso pode ser realizado, por exemplo, por meio de índices que traduzem em números a situação atual, o que é possível melhorar, quais as possíveis ações capazes de conduzir à melhoria e finalmente, a eficácia das ações tomadas.

4 O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA: UMA PROXY DE MEDIDA DA EFICÁCIA DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS DE APOIO ÀS MPE

O Índice de Desenvolvimento Municipal para Micro e Pequenas Empresas (IDMPE) é recente, pois sua criação data de apenas três anos e é fruto de uma parceria firmada entre o SEBRAE/PR, o Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP) e pesquisadores da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A construção do IDMPE teve como referência o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU/ONU). Como ponto comum entre os dois índices está a busca pelo desenvolvimento por meio do estímulo à promoção de políticas públicas. O que os difere é que o IDMPE tem "...foco no empreendedorismo, nas micro e pequenas empresas e no ambiente empresarial." (SEBRAE/PR, 2011; p. 6)

Conforme mencionado pelo SEBRAE/PR (2011; p. 8), "As políticas voltadas ao desenvolvimento focadas em resultados necessitam de parâmetros para nortear sua eficácia." Dessa forma, o IDMPE tem como objetivo:

"(...) oferecer o diagnóstico e o monitoramento do ambiente institucional e empresarial de estados e municípios, favorecendo o desenvolvimento local com base nas Micro e Pequenas Empresas, por meio de uma medida sintética para mensurar e captar a melhoria do ambiente de negócios, com vistas a subsidiar o Programa de Desenvolvimento Local com base na Lei Geral da MPE." (SEBRAE/PR, 2011; p. 9)

Atualmente, os IDMPE dos 399 municípios paranaenses estão disponíveis para os anos 2008, 2009 e 2010. De acordo com o SEBRAE/PR esse índice cumpre um dos principais requisitos que é ser replicável, ou seja, a mesma “...metodologia adotada para o Paraná pode ser aplicada para qualquer outra unidade da federação, de forma a estabelecer uma metodologia de referência para avaliação e monitoramento de programas de desenvolvimento local baseadas na Lei Geral” (SEBRAE/PR, 2010; p. 18). Seguindo essa linha, os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Pará passaram a desenvolver os seus respectivos índices.

Contudo, o IDMPE pode ser considerado uma importante ferramenta de gestão e de tomada de decisão para os prefeitos, bem como um referencial para vereadores e para os próprios empreendedores e empresários locais. Através desse índice, “Os prefeitos e vereadores passam a avaliar o ambiente empresarial, sob a sua jurisdição política, e os empreendedores e empresários, a reivindicar políticas públicas, necessárias para melhorar o ambiente empresarial.” (SEBRAE/PR, 2011; p. 6)

4.1 O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

O IDMPE tem a intenção de “orientar as estratégias e políticas locais de promoção econômica, diagnosticando as condições favoráveis à implantação e ao crescimento dos pequenos negócios locais.” (SEBRAE/PR, 2011; p. 8)

Para tanto, a construção do IDMPE considera três ambientes:

a) Ambiente Empresarial: que seja favorável para o nascimento de novos empreendimentos, bem como a sobrevivência e o desenvolvimento das empresas já existentes. Para este ambiente, utilizam-se indicadores que avaliam “a dinâmica empresarial do município, como a criação e sobrevivência de empresas, a dimensão e evolução dos negócios e o empreendedorismo.” (SEBRAE/PR, 2010; p. 18)

b) Ambiente do Mercado Consumidor: o mercado de atuação da MPE, quase na totalidade, está no âmbito do município onde está instalada. Para este ambiente,

faz-se o uso de variáveis que “procuram captar sua dimensão e sua dinâmica, com destaque a dimensão da renda pessoal, da massa de salários, da população e a evolução do emprego, dos salários e renda.” (SEBRAE/PR, 2010; p. 19)

c) Ambiente Institucional: condições que favorecem o desenvolvimento e competitividade das MPE, como “a oferta de infraestrutura, a qualidade da educação, a participação da ciência e tecnologia, a capacidade de investimento público, o associativismo e os mecanismos legais de apoio a atividade econômica.” (SEBRAE/PR, 2010; p. 19)

Contudo, para o cálculo do IDMPE, consideram-se pesos iguais para os índices que representam esses três ambientes:

IDE- índice parcial de desenvolvimento empresarial;

IDM- índice parcial de desenvolvimento do mercado consumidor local;

IDI- índice parcial de desenvolvimento do ambiente institucional.

(SEBRAE/PR, 2010; p. 19)

TABELA 2: ESTRUTURA DO IDMPE

ÍNDICE	ÍNDICE PARCIAL	INDICADOR OBJETO
IDMPE	IDE	Criação de Empresas Sobrevivência de Empresas Volume dos Negócios Expansão dos Negócios Empreendedorismo
	IDM	Criação de Empregos Dimensão da Massa Salarial Evolução da Massa Salarial Dimensão do Mercado Local Crescimento da Renda <i>per capita</i> População
	IDI	Qualidade da Educação Empregos em Ciência, Tecnologia e Informação Capacidade de Investimento Público Municipal Sistema Financeiro Infraestrutura de Comunicação Mecanismos de Apoio às MPE: LGMPE e PDM Associativismo

FONTE: SEBRAE/PR (2010; p. 21)

NOTAS:

(1) LGMPE: LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

(2) PDM: PLANO DIRETOR MUNICIPAL

O IDMPE consiste, portanto, numa média aritmética dos três índices parciais acima mencionados:

$$\text{IDMPE} = \frac{\text{IDE} + \text{IDM} + \text{IDI}}{3}$$

3

A leitura dos resultados pode ser feita pelos índices parciais ou pelo índice final, os quais variam de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento. “Para melhor compreensão do IDMPE, o índice é classificado em cinco níveis: alto (municípios com pontuação entre 0.5844 e 0.7312), médio-alto (0.5387 a 0.5787), médio (0.4913 a 0.5371), médio-baixo (0.4452 a 0.4906) e baixo (0.4040 e 0.4445). (SEBRAE/PR)

4.2 O IDMPE NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA DE 2008 A 2010

Conforme já apresentado, o Índice de Desenvolvimento Municipal da Micro e Pequena Empresa (IDMPE) é uma importante ferramenta disponível aos gestores municipais para análise, tomada de decisão, formalização de ações de apoio às MPE e acompanhamento dos resultados, a fim de verificar a eficácia dessas ações.

Por meio da evolução desse índice é possível, por exemplo, inferir sobre a atuação dos governos locais em prol das MPE. Apenas para retomar sobre seu nível de importância, as MPE são maioria no âmbito da RMC, e, portanto, fundamentais para a geração de emprego e renda, o que pode ser confirmado pela condição atual de pleno emprego na referida região.

Diante disso, na tabela 3 a seguir, são apresentados os IDMPE para os 29 municípios da RMC, especificamente dos anos 2008, 2009 e 2010, o que permite acompanhar a evolução dos índices. Para facilitar a visualização, bem como a análise, está representada na tabela a posição (*ranking*) desses municípios em relação a todos os outros municípios paranaenses.

De acordo com a divulgação do SEBRAE/PR (2011; p. 55), entre os vinte municípios que apresentam os melhores IDMPE em 2010, seis são pertencentes à RMC: Curitiba (1º), Araucária (4º), São José dos Pinhais (8º), Pinhais (9º), Colombo

(10º) e Campo Largo (18º). Estes seis municípios estão entre os que oferecem condições mais favoráveis para os pequenos negócios.

TABELA 3 – IDMPE DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E POSIÇÃO NO RANKING DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES NOS ANOS 2008, 2009 E 2010

MUNICÍPIO/RMC	IDMPE/08	POSIÇÃO	IDMPE/09	POSIÇÃO	IDMPE/10	POSIÇÃO
Adrianópolis	0,442	364	0,458	345	0,444	378
Agudos do Sul	0,459	308	0,456	349	0,463	317
Almirante Tamandaré	0,533	62	0,527	74	0,504	123
Araucária	0,608	10	0,616	10	0,647	4
Balsa Nova	0,516	91	0,522	84	0,517	81
Bocaiúva do Sul	0,487	193	0,485	212	0,477	259
Campina Grande do Sul	0,559	34	0,558	34	0,561	29
Campo do Tenente	0,512	100	0,468	295	0,463	316
Campo Largo	0,567	30	0,567	31	0,577	18
Campo Magro	0,490	181	0,495	178	0,489	196
Cerro Azul	0,465	285	0,471	280	0,445	375
Colombo	0,559	33	0,567	30	0,609	10
Contenda	0,522	74	0,507	128	0,498	149
Curitiba	0,725	1	0,731	1	0,720	1
Doutor Ulysses	0,446	350	0,464	313	0,420	399
Fazenda Rio Grande	0,558	38	0,542	53	0,545	44
Itaperuçu	0,466	280	0,462	325	0,476	264
Lapa	0,566	31	0,556	35	0,566	27
Mandirituba	0,519	82	0,510	118	0,489	197
Piên	0,508	118	0,522	82	0,520	77
Pinhais	0,622	9	0,635	8	0,609	9
Piraquara	0,523	71	0,513	105	0,513	94
Quatro Barras	0,552	42	0,546	48	0,546	43
Quitandinha	0,476	235	0,486	208	0,500	135
Rio Branco do Sul	0,525	68	0,509	120	0,503	125
Rio Negro	0,548	44	0,545	50	0,552	40
São José dos Pinhais	0,624	7	0,640	7	0,621	8
Tijucas do Sul	0,480	218	0,509	123	0,505	120
Tunas do Paraná	0,501	139	0,472	278	0,474	271

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA, COM DADOS DO SEBRAE/PR

Curitiba manteve-se no topo do *ranking* nos três anos, com IDMPE bastante superior aos demais municípios em destaque, ainda que não tenha apresentado uma evolução significativa no seu próprio índice. Já Araucária obteve essa evolução, que a colocou como o segundo município da RMC melhor posicionado no *ranking* em 2010 (4ª posição).

Os municípios da RMC que apenas obtiveram ganhos de posição no *ranking* nos três anos (acima de 10) em relação aos demais municípios do estado, com efetiva melhora dos seus índices - o que exclui a possibilidade de selecionar

municípios que ganharam posições pela piora dos índices dos demais – são apenas dois, a saber: Colombo (23 posições) e Quitandinha (100 posições).

Ademais, desses dois municípios, Colombo destaca-se pela elevação na classificação estabelecida pelo SEBRAE/PR, para nível alto de IDMPE, posição que compartilha com a capital do estado, bem como com Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais, também pertencentes à RMC. Importante ressaltar que dos 399 municípios paranaenses, apenas 17 alcançaram esse nível de classificação.

Consideremos, contudo, os municípios citados no parágrafo anterior para a análise que segue. De acordo com o mencionado no início deste capítulo, a partir da evolução dos índices é possível realizar uma inferência quanto às ações dos governos locais de apoio às MPE. Significa dizer que, se é mantida uma posição de destaque e/ou se é apresentada uma melhora significativa do IDMPE, atitudes estão sendo tomadas em prol das MPE. É o que será verificado no decorrer deste artigo.

5 AÇÕES GOVERNAMENTAIS DE APOIO ÀS MPE E O IDMPE

A tabela 4 traz os índices parciais do IDMPE dos municípios de Araucária, Colombo, Curitiba, Pinhais e São José dos Pinhais para fundamentar a análise. Esses municípios têm destaque na RMC, pois estão entre os 10 que apresentaram os maiores IDMPE para o ano de 2010, bem como um alto nível de desenvolvimento segundo a classificação do referido índice.

TABELA 4 - ÍNDICES PARCIAIS DOS MUNICÍPIOS NOS ANOS 2008, 2009 E 2010

ÍNDICE	ÍNDICE PARCIAL	ANO	ARAUCÁRIA	COLOMBO	CURITIBA	PINHAIS	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
IDMPE	IDE	2008	0,79	0,71	0,85	0,72	0,79
		2009	0,81	0,72	0,87	0,73	0,80
		2010	0,81	0,72	0,88	0,74	0,81
	IDM	2008	0,80	0,76	0,89	0,78	0,81
		2009	0,80	0,77	0,89	0,79	0,82
		2010	0,82	0,73	0,88	0,75	0,79
	IDI	2008	0,24	0,20	0,44	0,36	0,27
		2009	0,24	0,22	0,44	0,38	0,31
		2010	0,31	0,38	0,40	0,34	0,27

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA, COM DADOS DO SEBRAE/PR

5.1 O IDE E O IDM

Pelos dados da tabela 4, percebe-se que os municípios vêm mantendo um padrão alto de seus índices parciais IDE e IDM, sem alterações significativas. Supõe-se que haja uma relação desses resultados com ações governamentais efetivas para o micro e pequeno empreendedor.

A fim de fundamentar essa suposição, consideremos a cidade de Curitiba. Informações divulgadas pela Prefeitura de Curitiba (2011) mostram que esta investe “na capacitação, no fomento ao empreendedorismo e no suporte aos empresários para garantir a geração de emprego e renda e o desenvolvimento econômico.” Há dois programas com esses objetivos, denominados “Bom Negócio” e “Profissão Empresário”, ambos intermediados pela Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A, com foco nas MPE.

O programa Bom Negócio oferece capacitação em gestão empresarial gratuitamente, para aqueles que já possuem uma MPE, ou que pretendem começar um negócio. Mesmo após o término do curso, a referida agência mantém a prestação de consultoria, com acompanhamento de especialistas.

O programa “Profissão Empresário”, fruto da parceria entre a Agência Curitiba e o SEBRAE/PR, faz a abertura de micro e pequenas empresas de forma gratuita. Por meio deste programa também são prestadas consultorias aos micro e pequenos empreendedores.

Apenas com os exemplos acima já é possível inferir sobre o provável impacto positivo que as ações de apoio tiveram sobre os resultados dos dois índices parciais: o IDE tem em seu cômputo a criação, a sobrevivência de empresas e o empreendedorismo, itens abrangidos pelos programas da Prefeitura de Curitiba; e o IDM, por sua vez, leva em conta a criação de empregos, a dimensão e evolução da massa salarial e o crescimento da renda *per capita*, itens que captam os efeitos dos mecanismos de apoio.

A mesma analogia pode ser feita para Colombo. Este município teve atuação efetiva nos últimos anos, em prol das MPE, o que explica a melhora expressiva verificada no IDMPE (0,609), considerado como de alto desenvolvimento, bem como no ganho de 20 posições no *ranking* paranaense (2009 a 2010), onde hoje ocupa o 10º lugar.

Por meio de entrevista, o Prefeito José Antônio Camargo mencionou que muitas ações de apoio às MPE foram postas em prática anos atrás e seus resultados têm reflexos hoje. Em 2005, primeiro ano de sua gestão, o Prefeito promoveu a realização do “Censo Econômico” no município, a fim de identificar a quantidade de empresas estabelecidas no município, os seus ramos de atividade e quantificar a informalidade. Segundo o entrevistado, naquele momento era necessário conhecer as empresas, para então detectar as necessidades e promover ações objetivas. Outro Censo foi realizado em 2008, com os mesmos objetivos.

Com isso foram desenvolvidos programas para que as empresas saíssem da informalidade. Parcerias foram formadas entre a Secretaria de Indústria e Comércio e o SEBRAE/PR, com o intuito também de incentivar a criação de novas empresas.

O Prefeito considera que houve grande estímulo à capacitação, por meio dos cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) ainda em 2006, dos cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e dos cursos oferecidos pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), tempos depois. O objetivo de firmar parcerias com essas instituições foi aumentar o grau de aproveitamento dos aptos a trabalhar nas empresas já existentes, como também para a formação de novos empreendedores.

O Prefeito vê como essencial estimular a criação, bem como o desenvolvimento das MPE no município, considerando que este apresenta 70% do seu território em preservação ambiental, e dos 30% restantes não possui hoje grandes áreas desocupadas. Dessa forma, há na Prefeitura de Colombo servidores designados para orientar sobre a instalação - áreas de interesse econômico, dentro das possibilidades ambientais, segundo o Plano Diretor - e oferecer um acompanhamento para agilizar o processo de formalização e liberação de alvará. É um efetivo suporte do poder público.

Há ainda uma parceria entre o Município de Colombo e o Banco do Brasil, no denominado “Projeto Prosperar”, para fomentar as MPE por meio de empréstimos com taxas de juros mais baixas. Há um servidor na Prefeitura designado para fazer o diagnóstico da empresa que solicita o empréstimo e o seu acompanhamento após a realização deste.

Com base nessa entrevista, é possível identificar alguns pontos que impactaram no bom desempenho dos índices parciais. O IDE teve participação

importante das ações que estimularam o empreendedorismo e daquelas que proporcionaram a criação das micro e pequenas empresas, tendo em conta que muitas destas saíram da informalidade. No IDM pode ser considerado o impacto da criação de empregos, com o aumento do número de estabelecimentos, e o consequente aumento da massa salarial e renda *per capita*.

Esses resultados parciais indicam uma eficácia das ações dos respectivos governos municipais.

5.2 O IDI

Considerando ainda os dados da tabela 4, percebe-se que a subida no *ranking* paranaense do município de Araucária (de 10^a posição em 2009 para 4^a posição em 2010) e de Colombo (de 30^a posição em 2009 para 10^a posição em 2010), foram promovidas pelos seus respectivos resultados do IDI. Apenas retomando, este índice parcial capta do ambiente institucional as condições que favorecem o desenvolvimento e a competitividade das MPE.

Porém, comparado ao IDE e ao IDM, o desempenho do IDI dos cinco municípios citados é relativamente pior. Conforme apontado por Leite, Meiners e Esteves (2010), isso revela:

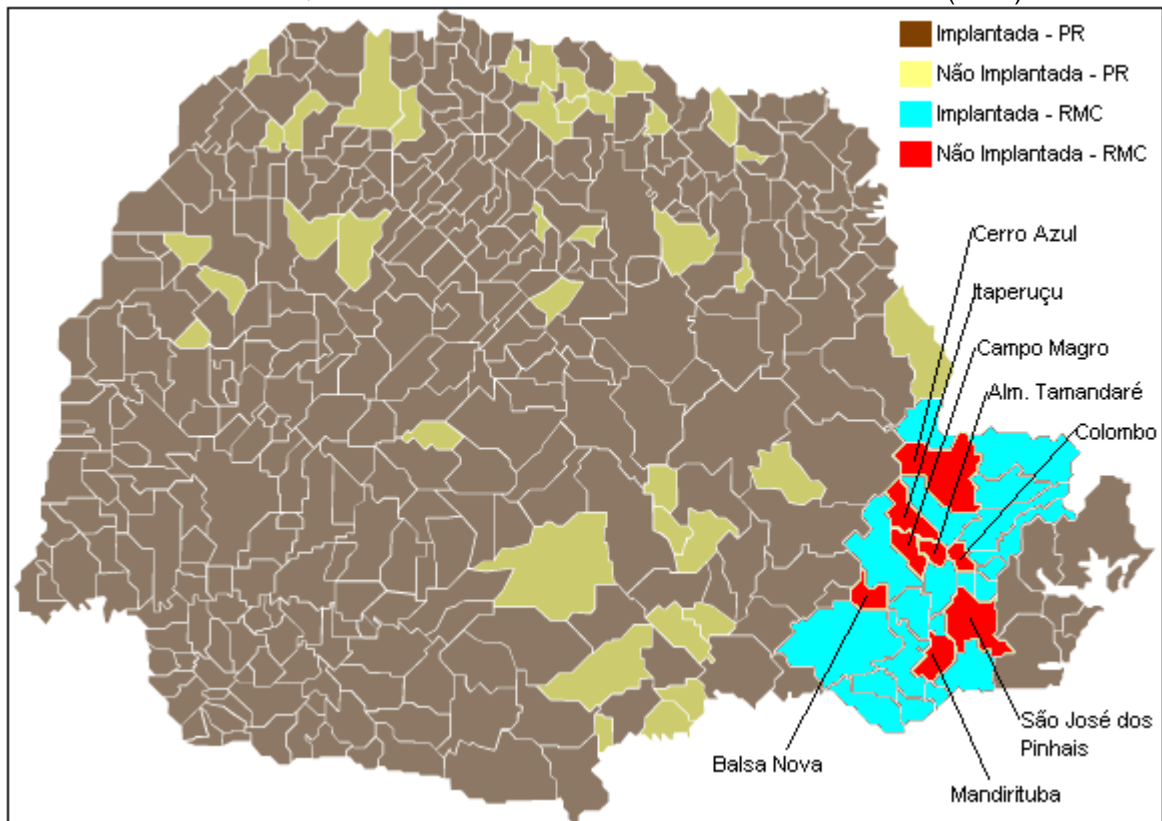
“(...) um descolamento das condições institucionais locais com o desenvolvimento empresarial e de mercado. (...) o baixo desenvolvimento institucional do município atua como uma âncora, segurando um melhor desempenho empresarial.”

Diante disso, faz-se necessário observar se as ações dos governos municipais em prol das MPE estão sendo efetivas. Uma forma de avaliar é por meio dos mecanismos legais de apoio a atividade econômica, como o grau de execução da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (LGMPE) e implantação ou não do Plano Diretor Municipal (PDM).

Através de pesquisa - e como já era de se esperar - foi confirmado que os cinco municípios foco de análise possuem Plano Diretor, que são devidamente atualizados pelo menos a cada dez anos, para o atendimento das necessidades e estabelecimento de novas diretrizes de desenvolvimento municipal.

Como já mencionado no item 3, uma primeira forma de apoio às MPE é implantar a LGMPE e adotar todos os procedimentos necessários para que “a Lei não fique apenas no papel”. (SEBRAE/PR, 2011; p. 20). Diante disso, foi verificado que um número ainda considerável de municípios ainda não a implantou: 46 em todo o estado do Paraná (SEBRAE, 2012). Destes, 08 municípios são da RMC, conforme pode ser observado no mapa a seguir.

MAPA 1: MUNICÍPIOS QUE IMPLANTARAM/NÃO IMPLANTARAM A LGMPE (2012)



FONTE: SEBRAE/PR (2012)

Percebe-se que em Colombo e São José dos Pinhais a LGMPE ainda não foi formalizada por meio de lei municipal. Já em Araucária, Curitiba e Pinhais, a regulamentação dessa Lei no âmbito do município existe, mas é recente, a saber, datam de 2009, 2011 e 2011, respectivamente. Isso sugere, parcialmente, uma explicação para diferença expressiva de desempenho do IDI em relação aos outros índices parciais IDE e IDM.

Contudo, é importante frisar a necessidade intensificar o apoio institucional, para que da condição de “âncora” torne-se um impulso ao desenvolvimento das MPE.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar a evolução do Índice de Desenvolvimento Municipal da Micro e Pequena Empresa (IDMPE) dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), como forma de avaliar os mecanismos de apoio governamentais de apoio às micro e pequenas empresas (MPE).

Inicialmente houve a abordagem sobre a representatividade das MPE no Brasil – aproximadamente 99% das empresas formais - e num contexto mais específico, para as regiões metropolitanas, como a de Curitiba. Nesse ponto foi reafirmada a importância dessas empresas para a geração de emprego e renda, redução de desigualdades e para o desenvolvimento local.

Foi mencionado que, mesmo no período em que o país enfrentava os efeitos da crise (em 2008), as MPE continuavam empregando e hoje garantem a condição de pleno emprego vigente na RMC.

Isso trouxe a discussão da necessidade de ações governamentais de estímulo ao nascimento e desenvolvimento das MPE na esfera municipal. Ações estas que garantam a efetiva aplicação das leis que as beneficiam, que reduzam a burocracia para sua formalização e que melhorem o acesso ao crédito para o seu fomento.

Conforme visto, essas ações devem ser bem planejadas e acompanhadas para garantir a sua eficácia. Esse acompanhamento pode ser realizado por meio de índices, como o IDMPE, que retrata o ambiente empresarial, do mercado consumidor e institucional para os pequenos negócios, traduzindo em números a realidade local.

Com base na evolução do IDMPE, no período de 2008 à 2010, foi elaborado um *ranking* para os municípios da RMC para verificar o seu posicionamento dentre os 399 do estado. A seleção dos municípios de Araucária, Colombo, Curitiba, Pinhais e São José dos Pinhais entre os 29 que compõem a RMC foi motivada pela posição de destaque que ocupam frente aos demais municípios paranaenses, posicionados entre os 10 maiores índices, também classificados como alto nível de desenvolvimento.

A fim de fundamentar a suposição de que os melhores índices refletem ações efetivas de apoio dos governos municipais às MPE, foram levantados os índices parciais que compõem o IDMPE no triênio supracitado.

Verificou-se que o índice parcial de desenvolvimento empresarial (IDE) e o índice parcial de desenvolvimento do mercado consumidor local (IDM) dos cinco municípios têm alto desempenho e pouca alteração nos três anos.

Os municípios de Curitiba e Colombo foram o foco da análise. Por intermédio destes, percebeu-se que programas de capacitação, de consultoria, de estímulo à formalidade e ao empreendedorismo, podem ter influenciado positivamente seus respectivos resultados do IDE. Além disso, a criação de empregos, com o aumento do número de estabelecimentos, a dimensão e evolução da massa salarial e o crescimento da renda *per capita* podem ter refletido no bom desempenho do IDM nesses municípios.

Já o desempenho do índice parcial de desenvolvimento do ambiente institucional (IDI) dos cinco municípios é relativamente baixo comparado aos outros dois índices. Ainda que o IDI tenha contribuído efetivamente para a evolução dos municípios de Araucária e Colombo no *ranking* paranaense, no aspecto geral o seu baixo desempenho pode comprometer o desenvolvimento empresarial.

Para avaliar os mecanismos de apoio no ambiente institucional, foi levantado o grau de implantação da LGMPE nos cinco municípios. O resultado mostrou que dois municípios ainda não a implantaram (Colombo e São José dos Pinhais) e nos demais a implantação é recente, o que pode ser uma explicação para diferença expressiva de desempenho do IDI em relação aos outros índices parciais IDE e IDM. Reforça-se, portanto, a necessidade de intensificar o apoio institucional.

Neste estudo preliminar houve a tentativa de evidenciar que o bom desempenho do IDMPE pode ser um reflexo das ações municipais de apoio às MPE. Intuitivamente, isso contribui de maneira decisiva para a redução do desemprego, visto que as MPE são maioria no Brasil.

Contudo, faz-se necessário estender essa mesma análise às demais regiões metropolitanas brasileiras, correlacionando-a com os respectivos índices de desemprego. Para isso, é indispensável que os demais estados brasileiros - seguindo o exemplo de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Pará - também desenvolvam seus respectivos IDMPE.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, J. A. Ações de apoio às micro e pequenas empresas de Colombo. Colombo, 01 dez. 2011. Entrevista concedida na Prefeitura de Colombo/PR.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM; SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Manual de Desenvolvimento dos Municípios**. Brasília: CMN/SEBRAE, 2011. Disponível em: <<http://www.portaldodesenvolvimento.org.br/?p=524>>. Acesso em: 10/04/2012.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC. **Região Metropolitana de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>>. Acesso em: 03/05/2012.

GABRIEL, S. **A influência da micro e pequena empresa no desenvolvimento econômico do Brasil**: subsídios para compreensão do significado de micro e pequena empresa. São Paulo: 2008. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/CE2BEFAD7895DAB48325756D00792E5A/\\$File/NT0003DE3E.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/CE2BEFAD7895DAB48325756D00792E5A/$File/NT0003DE3E.pdf)>. Acesso em: 10/04/2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego: março/2012**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2012/>. Acesso em: 16/04/2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Pesquisa Mensal de Emprego na Região Metropolitana de Curitiba: março/2012**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/pme/pme_mar_12.pdf>. Acesso em: 03/05/2012.

LEITE, L. M.; MEINERS, W. E. M. A.; ESTEVES, L. A. **Uma Análise Espacial do Índice de Desenvolvimento Municipal da Micro e Pequena Empresa (IDMPE) no Paraná**. Texto 04/2010. Disponível em: <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/textos_discussao.html>. Acesso em: 10/04/2012.

PLANALTO. **Lei Complementar Nº 123, de 14 de Dezembro de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 03/05/2012.

PREFEITURA DE CURITIBA. **Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba.** Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/micro-e-pequenos-empresarios-garantem-pleno-emprego-em-curitiba/24484>>. Acesso em: 16/03/2012.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - PARANÁ - SEBRAE/PR. **Agência Sebrae de Notícias PR (ASN/PR).** Disponível em: <<http://www.pr.agenciasebrae.com.br/noticia.kmf?canal=724&cod=12433315>>. Acesso em: 15/03/2012.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - PARANÁ - SEBRAE/PR. **Cidade Empreendedora: Lei Geral – 2012.** Disponível em: <<http://portal.pr.sebrae.com.br/idmpe/flex/index.jsp>>. Acesso em: 10/04/2012.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - PARANÁ - SEBRAE/PR. **Índice de Desenvolvimento Municipal da Micro e Pequena Empresa no Paraná: 2008 e 2009.** Curitiba: SEBRAE/PR, 2010. Disponível em: <<http://portal.pr.sebrae.com.br/idmpe/flex/index.jsp>>. Acesso em: 16/03/2012.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - PARANÁ - SEBRAE/PR. **Índice de Desenvolvimento Municipal para a Micro e Pequena Empresa: Paraná: 2009/2010.** Curitiba: SEBRAE/PR, 2011. Disponível em: <<http://portal.pr.sebrae.com.br/idmpe/flex/index.jsp>>. Acesso em: 16/03/2012.

TASIC, I. A. B. Crédito às micro e pequenas empresas: assimetria de informação e análise da realidade brasileira. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Prêmio IPEA 40 anos: IPEA-CAIXA 2004: monografias premiadas.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2005. p. 509-550.